

Senhor Ministro da Presidência de Portugal

Senhora Ministra da Saúde de Portugal

Senhor Secretário Executivo da CPLP

Senhora Secretária Geral do fundo das Nações Unidas para a população (FNUAP)

Excelências,

Constitui para mim motivo de satisfação estar hoje neste espaço de debate, diálogo e fraternidade, para partilhar as nossas experiências e reflexões e, igualmente discutir medidas para superar os obstáculos e desafios ainda existentes.

A temática do Género, Saúde e Violência é oportuna, pertinente e está em sintonia com a actualidade internacional. Por isso, a minha saudação especial aos organizadores e promotores deste evento.

Cabo Verde é um país que se orgulha de ter desenvolvido ao longo dos seus 35 anos de independência uma sociedade de paz, democracia e liberdade para todas as mulheres e homens cabo-verdianos. De forma mais directa e específica, estão a ser implementados planos nacionais de acção para a promoção da igualdade e equidade de género, que traduzem na prática a incorporação e desenvolvimento dessa perspectiva nas políticas públicas. Implementámos o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2011) que contempla seis eixos prioritários: a educação para a igualdade, saúde reprodutiva de qualidade para mulheres e homens, oportunidades económicas para as mulheres, participação e liderança paritária, combate à VBG e comunicação social aliada às questões de género.

A questão de género, além de ser um imperativo de desenvolvimento, é uma necessidade constatada, que poderá conduzir ao desafio colectivo de, em última instância, sermos mais fortes e menos indiferentes às injustiças e desigualdades sociais. Foi e será sempre uma questão crucial da agenda política no nosso país. Este é o nosso compromisso.

Minhas senhoras e meus senhores,

Cabo Verde, nos últimos anos, tem sido palco de uma série de mudanças e transformações, com reflexões e ganhos palpáveis em áreas específicas e pertinentes, das quais destacamos:

Como resultado de uma Boa Governação o país tem somado ganhos consistentes na sua empreitada desenvolvimentista, pelo que em 2008 saímos da lista de países menos avançados para entrar na lista dos países de rendimento médio.

Com a independência do país em 1975 a capacitação dos recursos humanos converteu-se num dos principais desafios de desenvolvimento. A democratização do ensino abriu as portas a todos e todas. Num primeiro momento, registou-se uma redução gradativa do analfabetismo, de 61,3% em 1975 para 20,4% em 2007, significando uma redução da taxa de analfabetismo na ordem de 40,9% nos últimos 30 anos. A nível do ensino básico já atingimos a paridade de género, com taxas de escolarização de 98,6%, realçando uma ligeira vantagem para as meninas.

Num segundo momento, salientamos a generalização do ensino secundário e uma ligeira supremacia das raparigas neste sector. Recentemente foram criadas as primeiras universidades em Cabo-Verde, permitindo que milhares de jovens ingressassem no Ensino Superior, quer a nível nacional, quer no estrangeiro.

Nos anos 80 criou-se uma base sólida de promoção da saúde materna e infantil com a implementação e o desenvolvimento do programa materno-infantil e planeamento familiar. Após as recomendações do programa de acção da Conferencia Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, o PMI/PF viria a ser substituído em 2001 para Programa Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva integrando uma abordagem de género, envolvendo os homens e incluindo o Programa Alargado de Vacinação. Com efeito, o PNSR veio reforçar o sistema de prestação de serviços de planeamento familiar, cuidados maternos e infantis, controlo das infecções sexualmente transmissíveis e os cuidados pré e pós natais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em Cabo Verde, constata-se actualmente a diminuição de número de filhos por mulher e uma redução significativa da mortalidade materna. Por exemplo: se em 1979 o número de filhos por mulher era de sete, hoje situa-se em 2,9. É um ganho expressivo.

Por outro lado, destacamos um aumento da procura dos serviços pré-natais, com 98% dos partos assistidos nos serviços de saúde, aumento do uso dos métodos contraceptivos, diminuição da mortalidade infantil para 21,5 por mil 1000 nados vivos, diminuição da mortalidade entre os menores de 5 anos para 24,8 por mil nascimentos vivos e aumento da esperança de vida à nascença.

No período compreendido entre 2003 e 2008, verificou-se, uma melhoria substancial nos indicadores relacionados com a esperança de vida, tanto entre os homens (de 65,8 anos para 71,3 anos), como entre as mulheres (de 69,1 para 72,3 anos).

Gostaria igualmente de salientar que o Programa de Luta contra o SIDA em Cabo-Verde, financiado pelo Banco Mundial, contribuiu significativamente para o controlo da epidemia no nosso país, mantendo-se a prevalência em menos de 1%, sendo 0.4% nas mulheres e 1.1% nos homens. Com a introdução dos antiretrovirais em 2004, (ARV), notámos uma maior adesão às actividades de despistagem do VIH, passando de cerca de 8 mil testes em 2005 para 16 mil em 2008. Por outro lado, este tratamento trouxe ainda mais esperanças e qualidade de vida aos pacientes. Concluimos que o programa assegurou um quadro estruturado de luta contra a SIDA no país, o qual terá de ser preservado, e perspectiva o controlo presente e futuro da epidemia.

Relativamente à participação da mulher na vida pública Cabo Verde alcançou ganhos consideráveis, nos últimos anos. Por exemplo, no que tange à proporção de mulheres no Governo, de 1975 para 2010 houve um aumento de 60%, ou seja de 0% em 1975 para 60% em 2010.

No Executivo, ocorreu um aumento de 20% em 2001 a nível dos Ministérios para 50% em 2006. Ou seja, Cabo Verde é o segundo país no mundo, juntamente com a Espanha, a ter um governo paritário a nível ministerial, com oito ministras para sete ministros. Temos também duas mulheres como presidentes de Câmara Municipal e duas presidentes de Assembleia Municipal.

Todavia, e apesar desses avanços, o relatório da Unifem 2008/2009 «Quem Responde às mulheres? Progresso Das Mulheres Do Mundo 2008/2009» indica que a política, o emprego e a justiça são as três áreas em que Cabo Verde regista algumas deficiências, havendo necessidade de melhorias de políticas para que o progresso das mulheres seja pleno e o desenvolvimento do país equilibrado e sustentado.

Temos a consciência clara das nossas fragilidades e dos desafios a vencer entre eles: diminuir as taxas de analfabetismo nas mulheres e a gravidez precoce, aumento efectivo da participação das mulheres na política, e sobretudo, lutar contra a violência em relação às mulheres, questões que nos interpelam, a fim de atingir as metas propostas pela UNESCO até 2015.

A violência contra as mulheres foi reconhecida como uma acção prioritária internacional e um problema sério de saúde pública. Os efeitos perversos desse problema sobre a saúde, as crianças, o emprego e todo o sistema social são astronómicos. Em Cabo Verde, os dados demonstram que a mulher é a principal vítima da violência doméstica, por isso implementámos o Plano de Acção de Combate à Violência Baseada no Género que define linhas de acção e de prevenção contra a violência de género, dando destaque à criação da Rede Laço Branco que visa envolver os homens nessa luta, à inclusão da perspectiva de género nos curriculos escolares e à Lei Especial sobre a Violência Baseada no Género (VBG), cuja elaboração já está na fase final, deverá garantir a protecção e segurança da vítima e ultrapassar a morosidade da Justiça, prestando o apoio jurídico gratuito às vítimas e às famílias economicamente vulneráveis através das 12 Casas de direito espalhadas pelo país.

Minhas senhoras e meus senhores, espero que esta Conferência possa ser mais um passo para a consolidação das bases necessárias à formulação de políticas públicas,

que contribuam para a erradicação da violência de género, seja em sua expressão doméstica, seja nos mais diversos domínios da vida social.

É indispensável a implicação e colaboração de todos a fim de levarmos adiante a missão de defesa dos direitos humanos na CPLP contribuindo, assim, para a construção de um futuro mais justo e, simultaneamente, mais democrata.

Muito Obrigado.